## EDITAL NEAD/CGC Nº 180/2023 PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES

A Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ESMAL, torna pública a abertura de inscrições para o Curso sobre "ATUALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA".

# PÚBLICO ALVO: SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS.

A Diretora da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas, denominada Desembargador JOSÉ FERNANDO LIMA SOUZA – ESMAL, Desembargadora ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO, o Coordenador-Geral de Cursos da ESMAL, Juiz de Direito ALBERTO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA e o Coordenador do Núcleo de Ensino à Distância, Juiz de Direito ALEXANDRE MACHADO DE OLIVEIRA, no uso das atribuições funcionais que lhes são conferidas pela legislação, e, em atendimento ao disposto no art. 6°, ITEM II, da Resolução Nº 192 de 08/05/2014 do CNJ, TORNAM PÚBLICO, para conhecimento dos servidores interessados, que no período de 25.07.2023 a 07.08.2023 estarão abertas, mediante as regras constantes deste Edital, as inscrições para o curso: "ATUALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA".

## 1. DAS INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE O CURSO

1.1. CURSO: "ATUALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA".

## COLABORADOR: DARLAN SOARES SOUZA. Juiz de Direito junto ao TJ/AL.

- 2008 Graduação em DIREITO. Faculdade de Ciências Humanas de Itabira/MG, FUNCESI, Brasil.
- 2011 Especialização em DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Centro Universitário UNISEB COC, Ribeirão Preto/SP, Brasil.
- 2021 Especialização em DIREITO CONSTITUCIONAL. Centro Universitário União das Américas UNIAMÉRICA, Foz do Iguaçu/PR, Brasil.

- 2021 Especialização em DIREITO PÚBLICO. Centro Universitário União das Américas UNIAMÉRICA, Foz do Iguaçu/PR, Brasil.
- **1.2. Modalidade**: On Line, com transmissão pela plataforma Zoom Meeting, aulas assíncronas.
- 1.3. Carga horária total: 20 HORAS/AULA.
- 1.4. Número de vagas: 200 vagas.
- **1.4.1.Dias e Horários:** 17/08/2023 (quinta-feira) das 8h às 12h e das 14h às 18h00. 18/08/2023 (sexta-feira) das 8h às 12h e das 14h às 18h00.

## 2. LOCAL DE REALIZAÇÃO

**2.1.** Plataforma virtual (Zoom Meeting), cujo link será devidamente enviado aos cursistas via e-mail informado no momento da inscrição.

## 3. <u>DAS INSCRIÇÕES</u>

**3.1.** As inscrições serão realizadas exclusivamente via internet, no site <a href="https://eventosesmal.tjal.jus.br/login">https://eventosesmal.tjal.jus.br/login</a>, no período de **25.07.2023 à 07.08.2023**, iniciando às 8h00 do primeiro dia e finalizando às 23:59 do último dia.

### 4. OBJETIVOS GERAIS

4.1. Proporcionar aos participantes um aprofundamento e atualização dos conhecimentos nessas áreas, visando aprimorar suas habilidades teóricas e práticas para lidar com questões contemporâneas e desafios enfrentados no campo do Direito Constitucional e da atuação da Administração Pública. Outro objetivo é capacitar os participantes a compreender e respeitar os direitos fundamentais garantidos pela Constituição. Além disso, o curso busca abordar os desafios contemporâneos enfrentados no campo do Direito Constitucional e da Administração Pública, estimulando a reflexão crítica sobre questões atuais e promovendo a discussão sobre a efetividade dos direitos fundamentais na Administração Pública. Em suma, o objetivo geral do curso "Atualização em Direito Constitucional e Administração Pública" é capacitar os participantes com conhecimentos atualizados e ferramentas teóricas e práticas para lidar com os desafios e questões contemporâneas no campo do Direito Constitucional e da Administração Pública, contribuindo para o aprimoramento profissional e acadêmico na área.

#### 5. EMENTA

5.1. Introdução ao Direito Constitucional - conceitos básicos de Direito Constitucional;

fontes do Direito Constitucional; princípios fundamentais do Direito Constitucional; relação entre a Constituição e os direitos fundamentais; análise da Constituição Brasileira de 1988.

- 5.2. Organização do Estado e Administração Pública formas de Estado; organização dos Poderes no Brasil: Executivo, Legislativo e Judiciário; princípios da Administração Pública; formas de organização administrativa: Administração Direta e Indireta; controle da Administração Pública: controle interno e externo
- 5.3. Direitos Fundamentais analisar os direitos fundamentais previstos na Constituição Brasileira; compreender a atuação do Poder Judiciário na proteção dos direitos fundamentais.
- 5.4. Desafios Atuais do Direito Constitucional e Administração Pública desafios da interpretação constitucional; temas atuais em Direito Constitucional e Administração Pública; efetividade dos direitos fundamentais na Administração Pública; perspectivas futuras do Direito Constitucional.

## 6. SÍNTESE DO PROGRAMA

MÓDULO 1	DATA/HORÁRIO	METODOLOGIA	CARGA HORÁRIA
Introdução ao Direito Constitucional	17/08/2023 Manhã	<ul> <li>- Aula expositiva com apresentação de slides.</li> <li>- Discussão em grupo sobre os conceitos e princípios do Direito Constitucional.</li> <li>- Leitura e interpretação de trechos da Constituição Brasileira.</li> <li>- Debate sobre a importância da Constituição na estruturação do Estado.</li> </ul>	4h
	Objetivos: compreender os fundamentos e princípios do Direito Constitucional; analisar a importância da Constituição como norma fundamental do Estado; explorar a relação entre a Constituição e os direitos fundamentais; identificar as principais características da Constituição Brasileira.  Conteúdo: conceitos básicos de Direito Constitucional; fontes do Direito Constitucional; princípios fundamentais do Direito Constitucional; relação entre a Constituição e os direitos fundamentais; análise da Constituição Brasileira de 1988.		

MÓDULO 2	DATA/HORÁRIO	METODOLOGIA	CARGA HORÁRIA
Organizaç ão do Estado e Administr	17/08/2023 Tarde	<ul> <li>- Aula expositiva com apresentação de slides.</li> <li>- Discussão em grupo sobre as formas de Estado e organização dos poderes.</li> <li>- Análise de casos práticos relacionados à Administração Pública.</li> <li>- Estudo de legislação pertinente à Administração Pública.</li> </ul>	4h
ação Pública	Objetivos: compreender a estrutura e organização do Estado brasileiro; analisar os princípios e fundamentos da Administração Pública; explorar as principais formas de organização administrativa no Brasil; identificar os mecanismos de controle da Administração Pública.  Conteúdo: formas de Estado; organização dos Poderes no Brasil: Executivo, Legislativo e Judiciário; princípios da Administração Pública; formas de organização administrativa: Administração Direta e Indireta; controle da Administração Pública: controle interno e externo		

MÓDULO 3	DATA/HORÁRIO	METODOLOGIA	CARGA HORÁRIA
Direitos Fundamentais	18/08/2023 Manhã	<ul> <li>- Aula expositiva com apresentação de slides.</li> <li>- Discussão em grupo sobre os direitos fundamentais e sua proteção.</li> </ul>	4h
	Objetivos: analisar os direitos fundamentais previstos na Constituição Brasileira; compreender a atuação do Poder Judiciário na proteção dos direitos fundamentais.  Conteúdo: classificação dos direitos fundamentais; princípios e garantias fundamentais; atuação do Poder Judiciário na proteção dos direitos fundamentais.		

MÓDULO 4	DATA/HORÁRIO	METODOLOGIA	CARGA HORÁRIA
Desafios Atuais do Direito	18/08/2023 Tarde	- Debate em grupo sobre os desafios contemporâneos do Direito Constitucional.	4h

Constitucional		- Discussão de casos polêmicos e
e		questões atuais.
Administraçã		- Elaboração de propostas para
o Pública		melhorar a efetividade dos direitos
		fundamentais.
		- Reflexão sobre o futuro do
		Direito Constitucional e
		Administração Pública.
	OL: 4' 1' 4'	1 C

**Objetivos**: discutir os desafios contemporâneos do Direito Constitucional e Administração Pública; analisar questões atuais relacionadas à interpretação constitucional; refletir sobre a efetividade dos direitos fundamentais na Administração Pública.

**Conteúdo**: desafios da interpretação constitucional; temas atuais em Direito Constitucional e Administração Pública; efetividade dos direitos fundamentais na Administração Pública; perspectivas futuras do Direito Constitucional.

#### Bibliografia básica:

Barroso, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

Fernandes, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 9ª ed.rev. Ampl. E atual. Salvador: JusPodivm, 2017.

Lenza, Pedro. Direito constitucional. 25. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

Mendes, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. 10ª. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

Moraes, Alexandre de. Direito constitucional. 33. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

Sarlet, Ingo. Curso de direito constitucional 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

Tavares, André Ramos. Curso de direito constitucional. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

#### **Bibliografia complementar:**

Barroso, Luís Roberto. A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial. 3ª reimpressão - Belo Horizonte: Fórum, 2014.

Clève, Clèmerson Merlin. Temas de direito constitucional. 2. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

Sarmento, Daniel. Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

Souza Neto, Cláudio Pereira de. Direito constitucional: teoria, história e métodos de trabalho. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

## 7. <u>SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSISTA</u>

- 7.1. O processo de avaliação dos cursistas será baseado nos seguintes critérios:
- **7.2.** Assiduidade e pontualidade: exigindo-se frequência de 75%, salvo apresentação de justificativa, que passará por avaliação do Conselho Técnico Pedagógico CTP/ESMAL;
- 7.3. Aferição do nível de aproveitamento de cada participante, mediante debate e prova

dissertativa;

- 7.4. Caberá ao docente do curso a atribuição do conceito para fins de aproveitamento;
- **7.5.** Só poderão participar os alunos que estejam inscritos no site <a href="https://eventosesmal.tjal.jus.br">https://eventosesmal.tjal.jus.br</a>;

### 8. <u>DA DISPENSA DE ATIVIDADES:</u>

**8.1.** Os Servidores que participarem do Curso estarão dispensados de suas atividades regulares, no horário do evento, conforme Portaria Nº 1047 de 21/06/2013, publicada no DJE de 01/07/2013.

## 9. <u>DISPOSIÇÕES GERAIS</u>

- 9.1. Será admitida a desistência da inscrição até 02 (dois) dias úteis antes da data do início do Curso, conforme Portaria Nº 02 de 23/04/2018, publicada no DJE de 25/04/2018, mediante expediente dirigido à Coordenação de Ensino a Distância, através do sistema Intrajus;
- 9.2. Serão conferidos certificados aos servidores que tenham atendido as exigências dos itens 7.2 e 7.3, do presente Edital. E, somente se, tiver preenchido a Avaliação Geral do Curso, contribuindo assim para que possamos aprimorar as capacitações de Ensino a Distância, ofertadas pela ESMAL;
- **9.3.**Ao final de cada curso, a Coordenação de Ensino à Distância fará publicar a lista dos cursistas aprovados, obedecidas as exigências já descritas no item **9.2**.
- 9.3.1.O cursista terá o prazo de setenta e duas horas, contadas da publicação da lista aludida no item **9.3**, para objetar seu teor, juntando os documentos eventualmente necessários à comprovação do quanto alegado.
- 9.3.2. Julgando pertinente a objeção, o Coordenador responsável pela feitura do curso a submeterá ao Conselho Técnico-Pedagógico, que decidirá por maioria simples.
- 9.3.3. O Coordenador poderá rejeitar liminarmente a objeção quando desacompanhada de elementos mínimos que lhe guarneçam a pertinência, por decisão fundamentada.
- 9.3.4. Não havendo objeção ou sendo esta julgada improcedente, ao cursista será aplicada a penalidade de impossibilidade de frequência a cursos realizados nos três meses subsequentes, contados a partir da publicação da lista dos cursistas, mencionada no item 9.3, o servidor que deixar de comparecer ao curso para o qual se encontrava inscrito, sem justa causa, ou não obtiver a frequência que trata o item 7.2. do presente Edital, assim como deixar de entregar trabalho avaliativo

- referente ao respectivo curso, salvo na hipótese de disponibilidade de vagas, conforme Art. 5º da Portaria 02/2018;
- **9.4.**Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Técnico Pedagógico CTP, de acordo com as normas pertinentes.

Maceió, 20 de julho de 2023

## DESEMBARGADORA ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO Diretora-Geral da ESMAL